



CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO NORTE
ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSESSORIA JURÍDICA LEGISLATIVA

PARECER DA ASSESSORIA JURÍDICA Nº65/2025

EMENTA: CL. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA MUNICIPAL. PROJETO DE LEI Nº 39/2025. DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DO "IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO" PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026.

RELATÓRIO

Foi recebida solicitação por esta Assessoria, oriunda da Presidência do Legislativo, para elaboração de parecer sobre o Projeto de Lei nº 39/2025, de autoria do Executivo Municipal, protocolado na secretaria em 24/10/2025.

O Projeto de Lei nº 039/2025, de iniciativa do Chefe do Poder Executivo Municipal, dispõe sobre a fixação das condições de pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para o exercício financeiro de 2026.

O texto estabelece que o pagamento poderá ocorrer em cota única com desconto de 20% até o dia 11 de março de 2026, ou em até 6 (seis) parcelas mensais e consecutivas, com vencimentos de março a agosto de 2026, sem desconto.

Na justificativa, o Executivo esclarece que o projeto tem por objetivo cumprir o princípio da anterioridade tributária e definir o cronograma anual de cobrança, conforme determina a Lei Complementar Municipal nº 087/2024 (Código Tributário Municipal).

É sucinto o relatório.

Passo à análise jurídica.

FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

1. Competência e iniciativa legislativa

Nos termos do art. 81, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, compete privativamente ao Prefeito:

➡ “enviar à Câmara projetos de lei que disponham sobre matéria tributária, orçamentária e financeira do Município.”



CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO NORTE
ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSESSORIA JURÍDICA LEGISLATIVA

Assim, a iniciativa é legítima e exclusiva do Chefe do Poder Executivo, já que se trata de matéria tributária e financeira, de natureza administrativa e regulamentar.

A proposição não cria nem majora tributos, apenas define as regras de pagamento e concessão de desconto, o que é plenamente compatível com a competência do Executivo.

2. Observância ao princípio da anterioridade tributária

O projeto observa o princípio da anterioridade anual, previsto no art. 150, III, “b”, da Constituição Federal, segundo o qual é vedado cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.

Como o projeto foi apresentado em outubro de 2025, e entrará em vigor em janeiro de 2026, cumpre-se plenamente a exigência de anterioridade, garantindo a legalidade da cobrança do IPTU no exercício subsequente.

3. Base normativa municipal

O Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 087/2024) estabelece, em seu texto, que o IPTU deve ser lançado anualmente e que o Executivo deve publicar lei fixando prazos, descontos e condições de parcelamento para cada exercício.

O Projeto de Lei nº 039/2025, portanto, dá efetividade a essa previsão, sendo instrumento necessário para operacionalizar a arrecadação tributária municipal.

4. Aspectos financeiros e administrativos

A proposição não altera a base de cálculo nem a alíquota do tributo, o que significa que não há aumento de carga tributária.

O desconto de 20% para pagamento em cota única configura incentivo fiscal legítimo, com amparo no art. 172 do Código Tributário Nacional, que permite a concessão de incentivos e benefícios fiscais mediante lei específica.

O parcelamento em até 6 (seis) parcelas mensais e consecutivas mantém a prática administrativa já adotada em exercícios anteriores, garantindo previsibilidade e comodidade ao contribuinte e planejamento à arrecadação municipal.

5. Trâmite legislativo



CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO NORTE
ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSESSORIA JURÍDICA LEGISLATIVA

Conforme o Regimento Interno da Câmara Municipal, a tramitação do projeto segue as regras aplicáveis às leis ordinárias

- 1- Comissão de Constituição e Justiça (art. 32) – para análise da legalidade e constitucionalidade;
- 2- Comissão de Finanças e Orçamento (art. 33)– para verificação da adequação fiscal e do impacto sobre a receita;
- 3- Discussão e votação em Plenário, com quórum de maioria simples, nos termos regimentais.

6. Finalidade pública e interesse coletivo

A medida tem finalidade administrativa e arrecadatória, mas também interesse público direto, pois:

Assegura previsibilidade ao contribuinte;

Garante transparência e regularidade na cobrança do IPTU;

Observa princípios constitucionais da legalidade, anterioridade, eficiência e publicidade.

Não há afronta a normas superiores nem vício formal ou material.

DO PARECER

Diante do relatado, entende esta assessoria jurídica que o Projeto de Lei nº39/2025 não possui óbice, atendendo os preceitos legais e constitucionais para a regular tramitação, estando apto para emissão de parecer das Comissões e ser apreciado pelo Plenário desta Casa Legislativa.

Cabe ressaltar que a emissão de orientação por essa Assessoria Jurídica, não substitui os pareceres das Comissões Permanentes, porquanto essas são compostas pelos representantes do povo e constituem-se em manifestação efetivamente legítima do Parlamento. Dessa forma, a opinião jurídica não tem força vinculante, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa.



CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO NORTE
ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSESSORIA JURÍDICA LEGISLATIVA

É o parecer, salvo melhor juízo das Comissões e Plenário desta Casa Legislativa.

Ponte Alta do Norte, 03 de novembro de 2025.

INDIARA WEBER FRANÇA RODRIGUES
Assessora Jurídica
OAB/SC 35.928